

JORNAL DO BRASIL

Ócio Concentrado

10 JUN 1986

N OS anos do autoritarismo, a concentração de poder nas mãos do Executivo serviu de justificativa a deputados e senadores não afeitos ao trabalho para reunir-se pouco e produzir ainda menos. O autoritarismo se foi, o vício ficou. Mas como sempre é necessário tomar alguma decisão, inventou-se o **esforço concentrado**, pelo qual os parlamentares fazem o favor de comparecer às respectivas casas legislativas durante dois ou três dias seguidos no decorrer de um determinado semestre.

Graças a esse brasileiríssimo expediente regimental, de vez em quando o Congresso conseguia limpar a pauta, votando as matérias mais importantes que se vinham acumulando. Neste final de legislatura, entretanto, nem mesmo os apelos e convocações conseguem fazer com que os parlamentares se **concentrem** para o trabalho. Quando muito, concentram-se para o ócio, pois não há nada capaz de materializar em plenário os deputados e senadores que constam das listas de "presença na casa". O que era subterfúgio virou comédia de mau gosto.

Na semana recém-finda, Senado e Câmara estiveram oficialmente empenhados em novo teste de **cooper** legislativo. Em função dele, só a Câmara realizou 12 sessões (cinco das quais em conjunto com o Senado), que se estenderam por mais de 11 horas. O **Diário do Congresso** registrou 73 discursos, além de comunicações e apartes a oradores. Na verdade os discursos não foram pronunciados na tribuna e matéria nenhuma pôde ser votada, porque embora as misteriosas listas acusassem a presença de centenas de deputados "na casa", nunca houve mais de uma dezena em plenário. Em compensação, a Câmara pagou quase meio milhão de cruzados em jetons aos fantasmagóricos deputados.

O Senado produziu, numericamente, um resultado mais positivo. Graças ao voto de liderança — outra originalidade criada para substituir as votações nominais —, aprovou dois ou três projetos, um deles garantindo a manutenção da candidatura nata, que os

desobriga de disputar as convenções partidárias. Trata-se de um privilégio que bloqueia a renovação do Senado e impede o fortalecimento dos partidos, mas o que os senadores querem mesmo é a vitaliciedade e uma reserva de siglas para servir aos seus interesses pessoais.

Beira o escândalo esse excesso de preocupação com os próprios privilégios. Os congressistas o sabem, e por isso andaram também preocupados em dispor de mecanismos com os quais esperam neutralizar as críticas da opinião pública e aplacar o crescente mal-estar dos cidadãos com a sua falta de espírito público. Ocupou-se a mesa do Senado, nesses dias de **concentrado ócio**, em analisar dois projetos: um que autoriza a instalação da Rádio do Congresso Nacional e outro que cria no Senado uma central de produção de programas de tevê.

Acham pouco os atuais congressistas as numerosas facilidades que já têm para cultivar suas **bases**, imprimir de graça material de campanha, usar sem limitações os serviços postais. Não lhes basta impor às emissoras de rádio e televisão a obrigatoriedade de horários gratuitos para uma propaganda eleitoral que praticamente só a eles beneficia; querem uma rádio exclusiva e um serviço destinado a distribuir graciosamente a própria imagem a quantas estações de tevê estejam interessadas em sua permanência no Congresso.

Escasso em trabalho e civismo, o Congresso Nacional só se mostra fértil em imaginar os meios de restringir a manifestação dos que estão de fora e mais ainda em criar — não importa o preço em equipamentos, instalações e empregos — instrumentos de manipulação do eleitorado. Esse é o verdadeiro poder econômico que aos outros atribuem. Que irão reforçá-lo criando sua potente estação de rádio e sua generosa central de programas de tevê, quem duvida? Mas que ao menos façam à nação o favor de liberar as emissoras particulares de obrigações ruinosas, como a de transmitir a obsoleta e inútil Voz do Brasil.